

Best-seller sobre como tomar melhores decisões traz contradição entre liberdade e autoridade

“Nudge”, lançado em 2008, ganha edição revista e ampliada

José Eli da Veiga

Professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP: www.zeeli.pro.br

Valor, 29 de agosto de 2023

Ao servir-se em algum buffet, qualquer mortal é fortemente influenciado pela maneira em que estiverem dispostos os pratos. Por isto, muito contribuirá para a saúde pública a cantina escolar que decidir dar mais espaço e realce às folhas, legumes e frutas, do que às salsichas, frituras e açúcarados.

O usuário será induzido a não desprezar os alimentos mais saudáveis, sem redução de sua liberdade de escolha. Graças a um leve cutucão - ou “*nudge*” - que preserva sua prerrogativa de se empanturrar ao bel-prazer. Se acatar o estímulo, pode nem perceber que foi menos irracional que sua propensão.

Esta é a ilustração mais básica e mais repetida da tese conhecida por “paternalismo libertário”, expressão que deveria ter sido o título do best seller ***Nudge***, antes da feliz sugestão de um editor que, diante do texto para primeira edição (2008), optou pela asneira de dela declinar.

Ainda mais pitorescas haviam sido as circunstâncias em que emergira a própria expressão “paternalismo libertário”, em 2003.

Como professor de economia da Universidade de Chicago, Richard H. Thaler expôs a um imenso auditório de seu departamento o quanto bons incentivos faziam com que as pessoas poupassem mais. Apoiando-se, claro, nos resultados de estudos experimentais da Economia Comportamental, até ali desprestigiada.

O debatedor do “paper”, Casey Mulligan, que pertencia ao núcleo duro da paróquia de Chicago, encerrou seu comentário com a seguinte interrogação: não decorreriam de paternalismo as fortes evidências apresentadas?

Isto, num contexto em que ser taxado de paternalista era muitíssimo pior do que ser acusado de marxismo, conta Thaler. Tão surpreso quanto embaraçado, lutando para encontrar palavras certas, deixou escapar: “Talvez devêssemos chamar isto, não sei, de paternalismo libertário”.

Não demorou muito para realizar que a improvisada locução era bem melhor que as opções até então disponíveis: paternalismo assimétrico ou cauteloso, por exemplo. Assim, não sossegou até poder relatar sua epifania a seu co-autor, o dileto colega da faculdade de direito Cass R. Sunstein.

O resultado dessas conversas foi o texto “*Libertarian paternalism*”, que abriu caminho à legitimação. Apresentado, no início de janeiro de 2003, ao 115º encontro anual da ‘American Economic Association’, foi publicado em maio na *American Economic Review*.

Porém, tão bela imagem briga demais com as convicções dos que se entendem libertários. Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, principalmente com seus ultra-conservadores liberais. E, por aqui, com alguns “anarcocapitalistas”.

Mas, em geral, também com um amplo leque, que vai de autênticos anarquistas, com suas bandeiras negras, até os recentes “coletes amarelos”, passando por inúmeros tons de vermelho, como mostrou o maio de 1968.

Também é frequente que a expressão paternalismo libertário seja denunciada como mero oxímoro. Principalmente pelos que não admitem que contrários possam se nutrir um do outro, completando-se enquanto se opõem. Ou que veneram o raciocínio “se é isto, não pode ser aquilo”, rejeitando qualquer “também”, “do mesmo modo” ou “ao mesmo tempo”.

De resto, se a tese de paternalismo libertário fosse vulnerável, com certeza Richard H. Thaler não teria sido o Nobel de Economia de 2017, quinze anos depois da bitolada ironia do pobre Mulligan. Mais: está exatamente na contradição entre liberdade e autoridade a ideia mais tocante do livro *Nudge*.

Foram poucas as mançadas da edição inicial, de 2008, corrigidas nesta última que será “a definitiva”, como incansavelmente repisa a dupla Thaler-Sunstein. Uma delas mostra bem a dificuldade de se prever a evolução institucional, mesmo com boas pesquisas interdisciplinares sobre comportamentos humanos.

Sobre a proibição de casamentos entre pessoas do mesmo gênero, em 2008, a dupla havia dedicado todo o capítulo 15 para dizer que a melhor saída seria acabar com os monopólios de organizações estatais e religiosas. Sequer sonhavam com o que iria acontecer, em vez da privatização dos matrimônios.

Agora dizem ter tido agradável surpresa e ter adorado a adoção da saída bem mais simples, que prevaleceu. Mas não chegam a reconhecer que pecaram por bairrismo. É bom lembrar que, nos Estados Unidos, em 2008, até Barack Obama proclamava aos quatro ventos ser contra este tipo de expansão das liberdades.

Só que Obama virou a casaca em 2012, três anos antes do OK da Suprema Corte. Mais 17 países foram na mesma linha até 2019. A Noruega, já em 2008; Suécia e México, em 2009; Argentina, Islândia e Portugal, em 2010; Dinamarca em 2012; Brasil, França, Inglaterra, País de Gales e Nova Zelândia, em 2013; Finlândia e Irlanda, em 2015; Alemanha e Austrália, em 2017; e Áustria em 2019.

Agora, casamentos unigênero são legais em mais de trinta países. Mas, até 2008 - ano da primeira edição do *Nudge* - não passavam de quatro: Holanda desde

2000, Canadá e Espanha, desde 2005 e África do Sul desde 2006. Então, até é bem razoável a justificativa apresentada nesta peremptória edição.

Infelizmente, não é o que pode ser dito sobre um outro sério tropeço, em capítulo que quase dobrou de tamanho, dedicado ao aquecimento global, intitulado “Salvando o Planeta” (antes o 12º, agora o 14º).

Nesta versão, a dupla Thaler-Sunstein assumiu de vez a ideia lançada, em 1968, pelo ecólogo Garret Hardin, em artigo na revista *Science*, que ficou famosíssimo: “A tragédia dos comuns”. Para eles, isto até seria um “conceito” e muito usado pelos economistas, bem antes de 1968.

Mais: chegam a dizer que o “remédio” para tal tragédia seria a “coerção aceita pelos envolvidos”, deixando de lado qualquer veleidade libertária, ou, até mesmo, paternalista. O célebre artigo de Hardin - que merece ser consultado - é flagrantemente autoritário, para não dizer totalitário.

Só que, além de tão chocante incoerência, a dupla foi capaz de omitir o fato de que a tão oprimente hipótese de Hardin encontrou cabal refutação nas pesquisas da cientista política Elinor Ostrom, a primeira das duas mulheres já agraciadas com um prêmio Nobel de Economia (2009).

Os autores teriam prestado imenso serviço - a seus leitores e à Ciência - se tivessem explicado como seria possível rejeitar as evidências colecionadas por Ostrom para demonstrar que bens comuns podem, sim, ser conservados. E sem a tal coerção que apresentam como um “remédio” para a “tragédia”.

Será que nem notaram que, em bons dicionários de Economia, o verbete sobre a suposta “tragédia dos comuns” foi redigido por Elinor Ostrom? Também não ficaram sabendo o que disseram os responsáveis pelo prêmio Nobel de 2009?

“Uma compreensão adequada da cooperação humana requer uma análise mais matizada das motivações individuais, especialmente em relação à origem da reciprocidade”.

Ao ignorarem tanta coisa, Thaler e Sunstein perderam excelente oportunidade para serem mais persuasivos. Não só sobre próprio âmagô do best seller, mas, ainda mais, sobre o conjunto Economia Comportamental.

Talvez não seja um deslize que impeça a recomendação desta nova e definitiva edição de *Nudge*, mas é bem provável que alguns leitores se sintam lesados.

Nudge: Como tomar melhores decisões - Edição ampliada e definitiva. Richard H. Thaler e Cass R. Sunstein. Trad.: Ângelo Lessa. Objetiva, 336 págs., R\$ 84,90